

NORMALIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE ESCRITA DE TEXTOS NO ENSINO SUPERIOR

Márcia Candeia Rodrigues
(Universidade Federal de Campina Grande)
marciac_rodrigues@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A normalização está presente em diversas áreas do conhecimento, fazendo parte da produção científica e, mais especificamente, da divulgação de pesquisas e produtos a partir da produção de textos escritos que são publicados em revistas, jornais científicos ou livros, dentro e fora do âmbito acadêmico. De modo amplo, está vinculada a uma concepção de técnica, reguladora e prescritiva de normas a serem empregadas nos diversos produtos comerciais e, nas ciências humanas, nos textos de divulgação científica: o resumo, o artigo científico, o projeto e o relatório, objetos de estudo deste projeto.

No Brasil e também fora dele, a normalização está atrelada à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, uma entidade fundada sem fins lucrativos que tem como objetivo reger diversas normas técnicas de grande influência industrial e científica. Essa Associação foi resultado de discussões feitas sobre a normalização de produtos, no âmbito internacional, na 1ª Reunião de Laboratórios de Ensaio de Materiais, realizada em 1937, foi o ponto de partida para a instituição aprimorar pesquisas e concretizar novas tecnologias. Já em 1938 e 1939, ganhava eficácia a ideia de se criar uma Entidade Nacional de Normalização, concretizada, um ano depois, com o nascimento da ABNT. Para esse fim, a Associação dispõe de um vasto conjunto de NBRs – Normas Brasileiras de Referências, para atender a diversos setores de indústria e da produção científica. Esses documentos são aprovados de modo consensual entre os membros que compõem a Associação e eles passam a fornecer um conjunto de orientações para uso comum e repetitivo de regras, diretrizes ou características de produtos ou processos, entre eles, a produção escrita de textos.

Em função do grande impacto que exerce sobre a publicação e a divulgação de textos que circulam na academia, ou seja, no ensino superior, a ABNT tem influenciado um modo como os membros dessa comunidade escreve e faz ciência. Mesmo sabendo que a ciência é uma união teórica com dados empíricos, e está pautada em um método científico, o elemento fundamental para a diferenciação do senso comum e demais formas como filosofia, arte ou a religião (Severino, 2007).

Do conjunto de normas colocado acima, detemo-nos a análise de seis (6) NBRs: a 14724/2011 norma que define e apresenta as características de um trabalho acadêmico; a 10520/2022 que regulariza como as citações, de vários tipos e a partir de vários suportes, devem ser apresentadas no corpo do texto; a 6022/2003 que define um artigos científicos, apresenta suas características e partes; a 6023/2002 que estabelece os modos de apresentação de referências ao longo do texto e na seção especialmente dedicada a elas; a 6027/2012 que define a estrutura e a disposição do sumário na parte pré-textual de um trabalho científico; a 6028/2003 que define, apresenta tipos e características do resumo e Abstract. Para analisar essas NBRs, condensamo-las em dois conjuntos: o primeiro com as que se referem à organização dos textos: as normas de Referências, de Citações e de Sumários. E o segundo conjunto com as que orientam a produção em si e influenciam a escrita de: Artigos Científicos e Impressos, Trabalho Acadêmico e Resumos e Abstracts.

Neste artigo, apresentamos os resultados dos estudos acerca da escrita no âmbito acadêmico à luz das NBRs descritas acima. Desse modo, é preocupação identificar a concepção, crença ou discurso de escrita subjacente em NBRs que orientam a produção de textos científicos.

Nesse contexto, respondemos à seguinte questão: Que tipo de influência ou impactos essas normas exercem sobre a delimitação de regras de produção de artigos e resenhas acadêmicas, e como elas influenciam os próprios textos? Esta pergunta foi guiada pelos seguintes objetivos: a) Identificar a concepção de escrita presente nos documentos nas NBRs que conduzem a normalização e a escolha de estratégias de escrita de textos da esfera acadêmica e b) Discutir o papel, a influência e os impactos das NBRs na produção escrita de textos da esfera acadêmica.

1 Discursos sobre a escrita

Para explicar as concepções de escrita que ancoram a produção de diversos textos institucionalizados na academia e fora dela, Ivanic (2004), em *O Discurso sobre Escrever e Aprender a Escrever*, aponta alguns discursos (ou concepções). Esses discursos esclarecem o que pensamos sobre “o que se escreve” e estão dispostos em seis possibilidades: o discurso da habilidade; o da criatividade; o do processo; o do gênero; o da mudança social; e o do engajamento político-social.

De acordo com Ivanic (2004), o discurso da habilidade pressupõe que a escrita corresponde ao emprego adequado de regras (linguísticas, gramaticais etc)

descontextualizadas que podem ser reproduzidas com precisão, ou seja, esse discurso atende uma competência gramatical e ortográfica, cuja crença de aprender a escrever consiste em dominar um conjunto de habilidades linguísticas.

O discurso da criatividade, segundo a autora, vincula a escrita ao desenvolvimento de temas que sejam considerados interessantes e inspiradores para quem escreve. Centra-se no autor, no conteúdo e no estilo do texto, e deixa, em função dessas preocupações, a forma linguística em segundo plano. O discurso do processo, por outra via, vincula a escrita ao reconhecimento de diferentes tipos de textos e como eles podem adequar-se ou não a determinados contextos. Nesse sentido, aprender a escrever está relacionado à identificação de textos diversos, ao reconhecimento das etapas de sua produção (planejamento, textualização e revisão) e adequação a situações específicas.

O discurso do gênero, de acordo com Ivanic (2004), concebe a escrita como um produto que se adequa a um dado evento comunicativo. Escrever significa atentar para o gênero, os tipos de textos e suas sequências (argumentativas, descritivas, expositivas etc) e envolve no próprio ato de escrever, uma preocupação ou função social que se efetiva a partir do cumprimento de um dado propósito comunicativo. O discurso da mudança social, esclarece a autora, vê a escrita associada ao reconhecimento dos textos, dos processos de composição desses textos, da interação social e complexa que constituem o evento comunicativo no qual estão situados. Nessa direção, a ênfase recai sobre as práticas sociais, sobre o modo como determinados contextos sociais, históricos ou culturais interferem na escrita e no modo como escrevemos.

O último discurso apresentado é do engajamento político-social. Esse discurso está baseado na crença de que a escrita, como toda linguagem, é constituída por forças sociais e relações de poder. Nesse sentido, a escrita envolve a adoção, manuseio e elaboração de recursos linguísticos ou não que foram socialmente construídos. Escrever é uma ação que traz implicações sociais e políticas para a identidade do autor ou daquele que escreve.

A escrita, vista a partir desses discursos, contempla desafios de compreensão de como ela pode ocorrer, de modo regular, em uma esfera tão complexa e ampla como é a academia e as práticas de escrita do ensino superior. Embora os discursos possam ser vistos de forma isolada a partir de suas características, a possibilidades de eles se efetivarem em concomitância é uma constante, como destaca a própria autora e os dados aqui apresentados.

Nesse sentido, é comum que o discurso da habilidade, do gênero e da mudança social sejam comuns para um dado produtor de texto, uma vez que se percebe que é necessário possuir o domínio do código, da estrutura linguística, mas é também necessário compreender

que a escrita de um dado texto está relacionada, decisivamente, a um dado gênero que pode ser usado para intervir no grande conjunto social.

Considerando esses discursos, a normalização está relacionada não só a uma concepção de escrita ou a adoção de um discurso, como propõe Ivanic (2004), mas também à adoção de procedimentos ou estratégias, uma vez que, nas próprias NBRs encontramos orientações que delimitam o que deverá conter em um determinado texto ou como o seu produtor deverá organizá-lo. De acordo com o agrupamento feito das NBRs (o primeiro com as normas que se referem à organização dos textos e o segundo com as que orientam a produção em si e influenciam a escrita), além das definições que sinalizaram o discurso sobre a escrita, identificamos os procedimentos ou as estratégias¹ a serem seguidas pelos produtores textuais, quando estes tiverem a tarefa de adequar suas produções a uma orientação normativa.

Evidentemente, o objetivo das normas não é ensinar a escrever, mas não podemos negar que elas instruem a escrita, constituem-na.

Atentando para os objetivos que orientam a pesquisa ora apresentada, as NBRs foram analisadas à luz das orientações do paradigma qualitativo e interpretativo de investigação.

2 Discursos sobre a escrita no ensino superior: o que revelam as NBRs?

Como esclarecido, esta pesquisa realizou um recorte de seis NBRs do conjunto disponibilizado pela ABNT, como descrevemos no quadro a seguir. Nele apresentamos a natureza da NBR na primeira coluna, seu conceito na segunda e algumas de suas normas gerais na terceira:

Quadro 01 – Apresentação das NBRs

NBR	APRESENTAÇÃO	Normas gerais
NBR 14724 / 2011 - Trabalho Acadêmico	Esta Norma especifica os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros), visando sua apresentação à instituição (banca, comissão examinadora de professores, especialistas designados e/ou outros).	Exs.: 5.1 Formato Os textos devem ser apresentado em papel branco, formato A4 (21 cm x 29.7 cm), digitados ou datilografados na cor preta, com exceção das ilustrações, no anverso das folhas, exceto a folha de rosto (ver 4.1.3); Espaçamento: Todo o texto

¹ Em função das limitações deste artigo, esta discussão será apresentada em outra produção.

		deve ser digitado ou datilografado, com espaço duplo. As citações de mais de três linhas, as notas, as referências, as legendas das ilustrações e tabelas, a ficha catalográfica, a natureza do trabalho, o objetivo, o nome da instituição a que é submetida e a área de concentração devem ser digitados ou datilografados em espaço simples.
NBR 10520 / 2002 – Citações	Esta Norma especifica as características exigíveis para apresentação de citações em documentos.	Exs.: Especificar no texto a(s) páginas, volume(s), tomo(s) ou seção(ões) da fonte consultada etc. As citações diretas, no texto, de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas etc.
NBR 6022 / 2003 - Artigos científicos impressos	Informação e documentação - <i>Artigo</i> em publicação periódica científica impressa - Apresentação	Exs.: Título e subtítulo: O título e subtítulo (se houver) devem figurar na página de abertura do artigo, diferenciados tipograficamente ou separados por dois-pontos (:) e na língua do texto. Autor(es): Nome(s) do(s) autor(es), acompanhado(s) de breve currículo que o(s) qualifique na área de conhecimento do artigo. O currículo, bem como os endereços postal e eletrônico, devem aparecer em rodapé indicado por asterisco na página de abertura ou, opcionalmente, no final dos elementos pós-textuais, onde também devem ser colocados os agradecimentos do(s) autor(es) e a data de entrega dos originais à redação do periódico.
NBR 6023 / 2002 – Referências	Esta <i>norma</i> estabelece os elementos a serem incluídos em referências. Esta <i>norma</i> fixa a ordem dos elementos das referências e estabelece convenções para transcrição e apresentação da informação originada do documento e/ou outras fontes de informação.	Exs.: Os elementos essenciais e complementares da referência devem ser apresentados em sequência padronizada. As referências são alinhadas somente à margem esquerda do texto e de forma a se identificar individualmente cada documento, em espaço simples e separadas entre si por espaço

		duplo. Quando aparecerem em notas de rodapé, serão alinhadas, a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas.
NBR 6027 / 2012– Sumário	Esta norma estabelece a apresentação do Sumário	Exs.: A palavra sumário deve ser centralizada e com a mesma tipologia da fonte utilizada para as seções primárias; A subordinação dos itens do sumário deve ser destacada pela apresentação tipográfica utilizada no texto; Os elementos pré-textuais não devem constar no sumário.
NBR 6028 / 2003- Resumo e Abstract	Esta norma estabelece a apresentação do RESUMO e do ABSTRACT.	Exs.: O resumo deve ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do documento. A ordem e a extensão destes itens dependem do tipo de resumo (informativo ou indicativo) e do tratamento que cada item recebe no documento original; O resumo deve ser precedido da referência do documento, com exceção do resumo inserido no próprio documento. Quanto a sua extensão os resumos devem ter: a) de 150 a 500 palavras os de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros) e relatórios técnico-científicos; b) de 100 a 250 palavras os de artigos de periódicos; c) de 50 a 100 palavras os destinados a indicações breves. Os resumos críticos, por suas características especiais, não estão sujeitos a limite de palavras.

Fonte: RODRIGUES, M. C. Apresentação das NBRs. 2014.

A partir dessa descrição, podemos agrupar as NBRs em dois conjuntos: o primeiro contempla a organização do texto: Referências – NBR 6023 / 2002; Citação NBR 10520 /

2002; e Sumário 6027 / 2012, uma vez que seu principal objetivo delas é nortear como se deve apresentar, topicalizar ou dividir as seções de um texto, tais como a orientação do “sumário” na qual está prevista uma “subordinação dos itens” que o compõem a partir de uma “apresentação tipográfica utilizada no texto” (NBR 6027/2012). Esse aspecto organizacional também pode ser verificado quanto à aparição das referências, quando encontramos no seguinte fragmento que “Os elementos essenciais e complementares da referência devem ser apresentados em sequência padronizada” (NBR 6023/2002).

O segundo conjunto orienta a escrita em si dos textos, influenciando sua extensão, constituição em partes ou seções e finalidades. A NBR 6028 / 2003 – Resumo, por exemplo, estabelece que

Quando a sua extensão os resumos devem ter:

- a) de 150 a 500 palavras os de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros) e relatórios técnico-científicos;
- b) de 100 a 250 palavras os de artigos de periódicos;
- c) de 50 a 100 palavras os destinados a indicações breves.

Os resumos críticos, por suas características especiais, não estão sujeitos a limite de palavras. (NBR 6028/2003).

Neste caso, particularmente, a extensão do resumo é definida em função da finalidade para a qual o texto se presta para teses, artigos científicos ou indicações breves. Embora encontremos indicações de orientação da escrita do texto nas NBRs que tratarão do artigo científico e trabalhos acadêmicos, tais normas não estabelecem uma extensão para esses textos. Nelas encontramos, de modo detalhado, esclarecimentos de todas as seções consideradas obrigatórias ou não nesses textos. Vejamos o que está disposto na NBR 6022/2003 sobre a “estrutura” do artigo científico:

A estrutura de um artigo é constituída de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

5.1 Elementos pré-textuais

Os elementos pré-textuais são constituídos de:

- a) título, e subtítulo (se houver);
- b) nome(s) do(s) autor(es);
- c) resumo na língua do texto;
- d) palavras-chave na língua do texto.

5.2 Elementos textuais

Os elementos textuais constituem-se de:

- a) introdução;
- b) desenvolvimento;
- c) conclusão.

5.3 Elementos pós-textuais

Os elementos pós-textuais são constituídos de:

- a) título, e subtítulo (se houver) em língua estrangeira;
- b) resumo em língua estrangeira;
- c) palavras-chave em língua estrangeira;
- d) nota(s) explicativa(s);

- e) referências;
- f) glossário;
- g) apêndice(s);
- h) anexo(s).

(NBR 6022/2003)

Pelo exposto, além de selecionar um conteúdo de texto que se adeque à disposição dessa estrutura, o produtor também acaba por reconhecer certa identidade e extensão do texto, a partir dos elementos recorrentes no artigo. Nessa estrutura, os elementos considerados pré-textuais, textuais e pós-textuais proporcionam ao produtor do texto a compreensão de que o formato dado ao artigo científico também é recursivo, isto é, ele recorre a outras normas (NBRs) para constituir-se, tais como a utilização das orientações sobre o resumo, a citação e as referências.

Outro aspecto importante das NBRs que instruem a escrita de textos diz respeito ao fato de que apresentam “tipos” ou subclassificações dos textos em causa. Na NBR 6022/2003, o artigo científico, por exemplo, encontramos as seguintes denominações:

3.3 artigo científico: Parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento.

3.4 artigo de revisão: Parte de uma publicação que resume, analisa e discute informações já publicadas.

3.5 artigo original: Parte de uma publicação que apresenta temas ou abordagens originais. (NBR 6022/2003)

Essa classificação, em muitos casos, é praticamente desconhecida por boa parte da comunidade acadêmica. Com frequência, o tipo de artigo mais produzido tem sido o científico e, embora isso não represente um problema, temos restringido a prática de determinados textos, como o artigo de revisão ou o original que demonstram exigir certo comprometimento ideológico com temas já publicados ou assumir posicionamentos julgados originais. Nesse sentido, teríamos mais implicações sociais e políticas para a identidade desse autor, conforme esclarece Ivanič (2004) em seu último discurso.

Considerando os discursos apresentados por Ivanič (2004), destacamos no conceito de cada NBRs o valor prescritivo exercido pelas formas verbais “estabelece”, “esclarece” e “especifica”. A partir dessas formas e do que elas “impõem” aos produtores de textos científicos, reconhecemos que mais de um discurso de escrita pode ser identificado a partir dessas primeiras indicações e se reforçam no breve detalhamento das normas gerais que as caracterizam como vemos a seguir:

Os textos **devem ser** apresentados em papel branco, formato A4 (21 cm x 29.7 cm), digitados ou datilografados na cor preta, **com exceção** das ilustrações, no anverso das folhas, **exceto** a folha de rosto (ver 4.1.3);

Espacejamento: Todo o texto **deve ser** digitado ou datilografado, com espaço duplo. As citações de mais de três linhas, as notas, as referências, as legendas das ilustrações e tabelas, a ficha catalográfica, a natureza do trabalho, o objetivo, o nome da instituição a que é submetida e a área de concentração **devem ser** digitados ou datilografados em espaço simples.

Especificar no texto a(s) páginas, volume(s), tomo(s) ou seção(ões) da fonte consultada etc. (Trabalho científico NBR 14724 / 2011).

As citações diretas, no texto, de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas etc. (Citação NBR 10520 / 2002).

Além das formas verbais “deve(m) ser”, as normas gerais também reforçam o caráter prescritivo identificado através dos termos “exceção” e “exceto”. Evidentemente, tais prescrições conduzem-nos a entender que quem escreve deve atentar para certas exigências formais de estruturação do texto, o que significa que deve possuir habilidade para manusear regras. Assim como as exigências de domínio do código linguístico apontadas por Ivanič (2004) no primeiro discurso, entendemos que o rigor da regra também representa a concepção de que a escrita é resultado de uma habilidade e, portanto, de um produto.

Vistas de outro modo, essas formas verbais e nominais caracterizam, mesmo que de forma discreta, a concepção de que escrever também é atentar para certas regularidades de um evento comunicativo. Se o texto de gênero “artigo científico” demanda rigores que o possibilitam cumprir com os propósitos de dado propósito comunicativo, o produtor desse texto não pode negligenciá-los.

Esse discurso é reforçado também nas seguintes passagens: (...) **visando sua apresentação à instituição** (banca, comissão examinadora de professores, especialistas designados e/ou outros) (NBR 14.724/2011). Nesta passagem, encontramos indicativos que colocam em evidência o discurso do gênero. A própria definição da NBR atenta para o fato de que o trabalho acadêmico pode estar direcionado a vários propósitos: poderá ser apresentado ou julgado por uma banca, uma comissão examinadora ou por especialistas da área. Nesse sentido, além de o produtor do texto precisar atentar para evento comunicativo, deverá considerar que o descumprimento de algumas das recomendações poderá sanções ao texto e ao próprio produtor do texto, inclusive sua exclusão, como é o caso de textos submetidos à publicação em revistas científicas.

Vejamos a seguir outra passagem das NBRs do quadro acima:

Autor(es): Nome(s) do(s) autor(es), **acompanhado(s) de breve currículo que o(s) qualifique na área de conhecimento do artigo**. O currículo, bem como os endereços postal e eletrônico, devem aparecer em rodapé indicado

por asterisco na página de abertura ou, opcionalmente, no final dos elementos pós-textuais, onde também devem ser colocados os agradecimentos do(s) autor(es) e a data de entrega dos originais à redação do periódico. (Artigo Científico - NBR 6022/2003).

Nesta passagem, reconhecemos que a recomendação de que o autor do texto coloque um “breve currículo”, como informações sobre seu endereço eletrônico em seu texto traz consequências que podem ser positivas ou não para ele. Ao atender tal recomendação, pressupomos que um texto e seu autor podem ser julgados pela relevância do trabalho que apresenta para a área do conhecimento a que se propõe. Essa implicação, em termos de discursos, não se aplica apenas ao que Ivanič (2004) define como habilidade e gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita no ensino superior é, inegavelmente, uma prática social que se reveste de muitas particularidades comuns a cada área do conhecimento na qual se faz necessária. Reconhecê-la como uma habilidade e saber dominar o código linguístico, assim como as estrutura que delimita resumos e artigos científicos, que circulam na esfera acadêmica, são requisitos mínimos para se inserir nesta comunidade. Não obstante, a pesquisa realizada no âmbito projeto PIBIC (2013-2014) comprova que a escrita é uma tarefa complexa que envolve para além de uma habilidade. Nesse sentido, é uma ação atrelada à compreensão de que é preciso presumir um leitor, uma situação comunicativa, um propósito de escrita, no mínimo.

Essa compreensão de escrita tem sido, de acordo com os dados analisados, minimamente influenciada pelas orientações que figuram entre as NBRs estudadas (6022, 6023, 6028, 10520 e 14724). Tem-se conhecimento, nessa direção, da extensão do texto, do número de palavras que o resumo deve conter, ou ainda, das seções comuns ao artigo científico. Consideramos este um dos principais impactos das NBRs na produção escrita no ensino superior e, por essa razão, os resultados do projeto sinalizam a necessidade de disseminar esses estudos entre os alunos de graduação e pós.

A ABNT, nesse sentido, estabelece padrões de regularidade que imprimem certa identidade à produção e à divulgação do conhecimento científico. Apropriar-se dessas regularidades significa contribuir com a própria ciência em termos de compreensão deste fazer e de seu caráter falível, ou seja, fazer ciência exige saber que a ciência em si muda,

assim como suas técnicas e regularidades, e com a escrita tal condição não poderia ser diferente.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028. Informação e documentação – Resumo – Procedimento. 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724. Informação e documentação — Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520. Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. Informação e documentação – Referências – Elaboração. 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022. Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação. 2002.
- IVANIČ, Roz. *Writing and identity: the discorsal construction of identity in academic writing*. John Benjamins Publishing Co, 1998.
- _____. *Discourses of Writing and Learning to Write*. Language and Education, Vol. 18, N° 3, 2004.
- RODRIGUES, M. C. *Gêneros acadêmicos escritos: crenças e estratégias de aprendizagem*. Tese não publicada, apresentada ao Programa de pós-graduação em Letras da UFPE, sob a orientação da profa. Dra. Elizabeth Marcuschi, 2012.
- SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- TOZONI-REIS, M. F. C. A pesquisa e a produção de conhecimentos. In: PINHO, S.Z.. (Org.). *Cadernos de Formação: Formação de Professores*. Educação, Cultura e Desenvolvimento. Volume 3. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.